



CIBERCULTURA E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA Inclusão Digital: conceitos, modelo e semânticas¹

Leonardo Figueiredo Costa²

Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas - Universidade Federal da Bahia

Resumo: este artigo traz um breve mapeamento dos diferentes conceitos empregados de inclusão digital. Mostraremos, a partir daí, um modelo de análise concebido a partir da relação entre os capitais técnico, cultural, social e intelectual (Lemos, 2004). Por último, procuramos discorrer sobre as diferentes semânticas que legitimam os discursos da inclusão digital, no contexto de uma sociedade da informação, tendo como pressupostos as semânticas técnica, cognitiva e econômica dos processos de inclusão digital. Tais semânticas levam em consideração o modelo, desenvolvido por André Lemos e Leonardo Costa (2005), de análise de projetos de inclusão digital.

Palavras chave: inclusão digital; exclusão digital; cibercultura; sociedade da informação. Ok, essa discussão é importante mas deve vir após uma primeira mais introdutória sobre a sociedade da informação, cibercultura, novas tecnologias de comunicação...esse seria uma primeira parte desse capítulo ou um primeiro capítulo.

Este capítulo procura discorrer sobre algumas relações da cibercultura e da sociedade contemporânea, ao discutir primeiramente as relações provenientes dos discursos do determinismo tecnológico; para num segundo momento relacionar um dito "macro determinismo" e as "micro apropriações" da tecnologia, estabelecendo uma relação direta dessas formas de apropriação com o bojo das reflexões sobre a inclusão digital. Para isso fazemos uma leitura através de diversos autores, buscando diferentes conceitos expostos sobre essas relações entre determinismo e apropriação, para depois aprofundar tal relação com as premissas que regem os discursos de inclusão digital.

Na segunda parte deste capítulo procuramos analisar as diferentes semânticas que legitimam os discursos da inclusão digital, no contexto de uma sociedade da informação, tendo como pressupostos as semânticas técnica, cognitiva e econômica dos processos de inclusão digital. Tais semânticas levam em consideração o modelo, desenvolvido por André Lemos e Leonardo Costa (2005) de análise de projetos de inclusão digital, que será exposto a seguir.

¹ Trabalho apresentado ao NP Tecnologias da Informação e da Comunicação, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Mestrando da linha Cibercultura do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas – Universidade Federal da Bahia, bolsista CAPES, orientado pelo Prof. Dr. André Lemos. Professor substituto da Faculdade de Comunicação – UFBA. Prêmio de melhor trabalho de graduação no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação (Intercom), realizado em 2005. leo.fcosta@gmail.com



Inclusão Digital e Social

“A incapacidade do Estado em assegurar os direitos civis e sociais básicos tem, como conseqüência, a marcante e crescente desigualdade social, a exclusão e a insegurança que assolam a sociedade brasileira. O déficit institucional é resultado de um processo histórico de construção nacional” (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2003).

Pode-se observar atualmente uma convergência cada vez maior das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) com as cidades, com as relações sociais, políticas e econômicas. “Essas técnicas [TICs] criam novas condições e possibilitam ocasiões inesperadas para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, mas (...) elas não determinam automaticamente nem as trevas nem a iluminação para o futuro humano” (Lévy, 1999:17). O mundo está caminhando, mesmo que de forma desigual, para uma sociedade da informação, sem esquecer que uma grande parte da população não tem sequer rede de esgotos em casa.

A tecnologia transforma o tempo e o espaço, mas só o faz a partir da ação humana. A tecnologia – “nossa interface com o mundo” (Silverstone, 2002:45); tem impulsionado a nossa sociedade rumo a uma sociedade da informação. As tecnologias cada vez mais estão em convergência com as relações sociais, políticas e econômicas; definindo características essenciais da cidadania. A nossa capacidade atual de conexão, comunicação e de informação altera a nossa posição em relação ao mundo e a nossa capacidade de compreendê-lo. Uma experiência global que não é uniforme, e que traz a tona termos como o da “inclusão digital”.

O marco inicial nas políticas públicas do Brasil para a sua inserção nesse novo cenário global foi o Programa Sociedade da Informação, por meio do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999. Em dezembro de 2000 o governo brasileiro, em função do programa, produziu o “Livro Verde” (Takahashi, 2000), que identificou ações para impulsionar este desenvolvimento.

No caso específico da Internet, os dados são assustadores e bem demonstrados no próprio Livro Verde: menos de 6% dos municípios brasileiros têm provedores de acesso local à rede Internet e o número de brasileiros conectados é muito baixo, não chegando a 7% e, mesmo assim, a grande maioria pertencente às classes mais abastadas. Isso só vem a reforçar a chamada infoexclusão e coloca na mesa o nosso



maior desafio: como aumentar a presença de toda a população brasileira na Sociedade da Informação?³

Estar inserido digitalmente hoje é condição fundamental para a existência de cidadãos plenos na interação com esse mundo da informação e da comunicação. Porém a maioria das pessoas vive numa realidade com um grande número de desigualdades e miséria, e a inclusão digital não pode perder isto de vista, buscando, ao menos, o desenvolvimento do indivíduo no binômio da inclusão digital e social. É preciso discutir como as TICs, que não devem ser pensadas como meros aparatos técnicos, podem contribuir com os problemas econômicos e sociais, propondo alternativas de aprendizado e conhecimento.

As TICs, principalmente a Internet, permitem que uma pessoa não seja apenas consumidora de informação. O modelo um-todos, como o da televisão, pode agora ser concebido como todos-todos, onde os papéis de consumidor e de produtor podem ser assumidos pela mesma pessoa numa única conexão. Com isto a inclusão digital não deveria ser apenas um modelo de ensino técnico, onde os alunos aprendem determinados *softwares* e a navegar na Internet. O modelo de ensino pode abarcar essa possibilidade do modelo todos-todos, criando mecanismos de uma maior inserção do indivíduo digitalmente.

A inclusão digital é vista por muitos como um importante meio de integração das classes menos favorecidas, sendo um fator de auxílio para a inclusão social das mesmas. “A Inclusão Digital representa um canal privilegiado para equalização de oportunidades da nossa desigual sociedade em plena era do conhecimento” (Neri, 2003:6). A inclusão digital é vista como um importante fator de combate da exclusão social, contudo isso acaba se tornando apenas uma potência em alguns projetos. Sendo assim, os não incluídos podem ficar cada vez mais excluídos – não só pelo aspecto digital; também pelo lado social. “Ao levar o conhecimento necessário para que essas populações não sejam alijadas da sociedade, criam-se as condições para a emancipação tecnológica, que atuará como um estímulo na busca de alternativas reais de inserção social e produtiva”⁴.

Diversos autores abordam a questão da inclusão digital. Bernardo Sorj (2003:14) discorre que “embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panacéia para os problemas da desigualdade, elas constituem hoje uma das condições fundamentais da

³ www.tabuleiro.faced.ufba.br/o_projeto.htm (acesso em 26/03/2004).

⁴ <http://www2.uol.com.br/diariodovale/arquivo/2001/agosto/18/page/fr-cadernos2.htm> (acesso em 26/03/2004).



integração na vida social”. Para Sorj o combate à exclusão digital deve ser articulado com outras políticas de luta contra as diversas desigualdades sociais.

Para Pierre Lévy (1999) a questão da exclusão é crucial com o crescente desenvolvimento da cibercultura. O autor não utiliza a terminologia inclusão digital, mas aponta as conseqüências excludentes que acompanham o crescimento do ciberespaço. “A cibercultura provoca exclusões?”, é, evidentemente, uma pergunta central em uma sociedade mundial na qual a exclusão (ou seja, a forma contemporânea da opressão, de injustiça social e de miséria) é uma das principais doenças” (Lévy, 1999:235).

O estudo das estatísticas mostra que as maiores densidades de acesso ao ciberespaço e de uso das tecnologias digitais coincidem com os principais núcleos mundiais de pesquisa científica, de atividade econômica e de transações financeiras. O efeito espontâneo da expansão do ciberespaço é aumentar as capacidades de controle estratégico dos centros de poder tradicionais sobre as redes tecnológicas, econômicas e humanas cada vez mais vastas e dispersas. Ainda assim, uma política voluntarista da parte dos poderes públicos, de coletividades locais, de associações de cidadãos e de grupos de empresários pode colocar o ciberespaço a serviço do desenvolvimento de regiões desfavorecidas explorando ao máximo seu potencial de inteligência coletiva (Lévy, 1999:185).

Sérgio Amadeu da Silveira (2003:18) define a exclusão digital como a falta do acesso à Internet, atendo-se para uma inclusão digital dos aspectos físicos (computador e telefone) e técnicos (formação básica em *softwares*). “A luta pela inclusão digital pode ser uma luta pela globalização contra-hegemônica se dela resultar a apropriação pelas comunidades e pelos grupos socialmente excluídos da tecnologia da informação” (Silveira, 2003:29), como também pode ser “mais um modo estender o localismo globalizado de origem norte-americana (...) mais uma forma de utilizar um esforço público de sociedades pobres para consumir produtos dos países centrais” (Idem). Silveira cita ainda os diferentes focos dos projetos de inclusão: a cidadania, a profissionalização, e a educação. Estes focos não são conflitantes, podendo estar interligados.

DIFERENTES CONCEPÇÕES DETERMINÍSTICAS

O termo determinismo tecnológico foi cunhado em 1920 pelo cientista social Thorstein Veblen (Murphie e Potts, 2002:11), num tempo onde as políticas sociais nos países industrializados eram fortemente influenciadas pela capacidade técnica, mas a sua noção é anterior a esse fato. Atualmente o termo continua em voga, inclusive nos discursos teóricos que relacionam o momento presente ao de uma “Sociedade da Informação”, na relação em



que as sociedades são moldadas pelas tecnologias dominantes, a tecnologia como o principal agente social de mudança. “A vida das técnicas é sistêmica e sua evolução também o é. Conjuntos de técnicas aparecem em um dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante um certo período, constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar. É essa a lógica de sua existência e de sua evolução” (Santos, 2002:176).

O determinismo tecnológico tende a considerar a tecnologia como um fator independente, e é aí que se encaixa a maioria das críticas vigentes sobre esse modelo. A idéia de uma causalidade entre os processos tecnológicos e a sociedade, numa causa e efeito padrão, é criticada por muitos, mas pode ser vista de uma outra forma.

Muitos criticam o determinismo tecnológico presente nos discursos de Marshall McLuhan⁵, com a premissa da tecnologia como extensão das capacidades humanas; mas suas idéias foram importantes para toda uma discussão de conceitos. Ao invés de focarmos a causalidade inerente do determinismo, a da tecnologia como um fator independente, podemos pensar nas possibilidades e potencialidades criadas por uma nova tecnologia para o pensamento, as atividades e a ação humana. Traçar as tramas do homem através do desenvolvimento tecnológico é uma forma de se pensar a história das sociedades.

Quando McLuhan fala que “o meio é a mensagem” que dizer que cada meio de comunicação estrutura os modos de conhecimento e mais profundamente as formas de organização social. Assim todas as transformações, desde a invenção da escrita que inaugura a “distribuição” (ao renegar uma tradição oral), culminando nesse sentido para a chamada “tecnologia do individualismo” e a “economia de mercado”, com o advento da imprensa, serviram para mudar a sociedade. O que diferencia McLuhan de outros teóricos, em tantas áreas além da sua, que igualmente defendem o determinismo técnico, é que McLuhan não procura jamais mostrar uma seqüência linear de causalidade técnica, mas ele apresenta uma espécie de *patchwork*, uma colcha de retalhos, ou ainda, podemos dizer, uma

⁵ <http://en.wikipedia.org/wiki/Mcluhan> (acesso em 30/08/2005).



ampliação da comunicação entre os homens em rede, o que configura numa retribalização iniciada no século XX.

As idéias de Karl Marx⁶ também seguem, de certa maneira, o determinismo da técnica sobre a sociedade, mais especificamente, sobre a organização do trabalho. De certa maneira porque, ao mesmo tempo em que Marx, em seus escritos, relaciona as inovações com os sistemas econômicos que gerenciam a sociedade, também é capaz de expor que “o moinho braçal apresenta uma outra visão do trabalho em relação ao moinho a vapor”. Com isso, argumenta o sociólogo Patrice Flichy (1995), não se sabe se a técnica precede a divisão do trabalho ou o inverso, ou seja, o que determina o quê...

“Mas se é verdade que ‘ao moinho a braço corresponde a sociedade feudal e ao moinho a vapor a sociedade burguesa’, como escrevia Marx, à central nuclear, ao computador e aos satélites artificiais corresponderia então a forma presente do capitalismo americano e mundial e não vemos por que nem como poderíamos erigir sobre isso uma outra ‘superestrutura’ política e social” (Castoriadis, 1987:260). Ao estado social se corresponde então o estado técnico da época? Podemos determinar assim os processos de forma macro, pela superestrutura?

Ao considerar os objetos técnicos como o resultado de três elementos: a atividade dos atores, o acaso, e as questões sócio-técnicas; Flichy busca assinalar os quadros sócio-técnicos dentro dos quais se situa a ação, e mostrar como estudos de casos passados poderão constituir material para os futuros inovadores. Com isso, busca demonstrar que vivemos num mundo social no qual a negociação é indispensável. Negociação que visa a uma estabilidade. No caso da sociologia da técnica, uma estabilidade que atinge tanto a máquina como o seu uso, os inventores como os usuários, os fabricantes como os vendedores. O compromisso de uma sociologia da técnica é saber como se constrói um liame social dentro e através da máquina.

⁶ http://en.wikipedia.org/wiki/Karl_marx (acesso em 30/08/2005).



Jacques Ellul (Flichy, 1995) introduz para o binômio técnica e sociedade, o pensamento de diluir o social na técnica. Para ele, a técnica é a tradução da inquietação humana de dominar as coisas por intermédio da razão. Por volta dos séculos XVIII e XIX, para Ellul, há uma transformação profunda na sociedade, pois, a partir daí, a técnica se estende a toda e qualquer atividade social, não somente à mecânica, mas ao direito, à economia etc. Se na história a técnica apareceu como um elemento integrante de um grupo de atividades não técnicas, a partir de determinado momento a técnica teria englobado toda a civilização. A técnica então se impõe, autônoma, incontrolável, num processo infindo. A tese de Ellul marca o chamado determinismo tecnológico.

Explorar ellul a partir do texto de com e tec...

Flichy destaca que, assim como Ellul, numerosos sociólogos, acreditam que a técnica existe independente da sociedade, governada por leis objetivas e distantes das escolhas e representações sociais. Há, portanto a ausência de um chamado contra poder face ao poder técnico, uma vez que a técnica é anestesiante, ela produz um totalitarismo. Essa tecnização crescente acaba por desenvolver, além da mecanização, as chamadas técnicas intelectuais. Essas técnicas são responsáveis, via publicidade, pela legitimação do sistema técnico na sociedade.

Mas quem se sobrepõe a quem? O determinismo sócio-cultural ou o determinismo técnico? “Tornou-se questão perguntar se o indivíduo e os grupos se originam dessa vontade [encarnada na técnica] ou se eles ainda podem negociar e comerciar com ou até contra essa vontade, sem [todavia] saber que já foram por elas suplantados” (Heidegger apud Rüdiger, 2004:10-11). Quem é o sujeito da ação? Como determiná-lo?

Flichy (1995) propõe um determinismo “solto” que conjugue as duas formas. Defendendo, portanto, um determinismo mais misto, Flichy destaca o teórico Thomas Hughes que afirma que o sistema técnico é causa e efeito, mas, quanto mais importante e complexo for o sistema técnico, mais ele tende a modelar a sociedade e menos é modelado por ela. Em face de conviver com os dois determinismos, Hughes vai instaurar o conceito de “momento



tecnológico”. Para ele, o determinismo social permite compreender o nascimento das técnicas e o determinismo técnico a sua maturidade. “Quando se percorre o caminho da inovação, constata-se que não existe separação radical entre a construção técnica do objeto e sua construção social” (Flichy apud Ferreira, 2004).

De acordo com os deterministas tecnológicos, (como Marshall McLuhan, Harold Innis, Neil Postman, Jacques Ellul, Sigfried Giedion, Leslie White, Lynn White Jr. and Alvin Toffler), as tecnologias (particularmente as da comunicação ou mídias) são consideradas como a causa principal das mudanças na sociedade, “e são vistas como a condição fundamental de sustentação do padrão da organização social. Os deterministas tecnológicos interpretam a tecnologia como a base da sociedade no passado, presente e até mesmo no futuro. Novas tecnologias transformam a sociedade em todos os níveis, inclusive institucional, social e individualmente. Os fatores humanos e sociais são vistos como secundários” (Lima, 2005).

Passar do determinismo para a negociação tecnológica, assim também argumenta o pesquisador Giovandro Marcus Ferreira: “o reposicionamento da questão da técnica nas pesquisas de comunicação leva ao abandono da noção de causalidade (determinismo) em detrimento de uma análise das múltiplas mediações que ligam a técnica à sociedade, numa pesquisa circular” (Ferreira, 2004). Para Ferreira a idéia causal do determinismo deve ser pensada de forma mais complexa, como negociação de diferentes processos.

Para explicar o aparecimento de um novo meio de comunicação é preciso integrar a história na sua longa e curta duração, é igualmente conveniente articular a técnica e o social... O imaginário tem freqüentemente um papel essencial na elaboração de um novo meio de comunicação. Inicialmente o imaginário técnico: uma comunidade, de engenheiros e de inventores, se fixa coletivamente um desafio tecnológico... Mas as novas tecnologias são também detentoras de todo um imaginário social no qual participam os



engenheiros, os inventores e uma parte do grande público (Flichy apud Ferreira, 2004).

Tentando refletir sobre as questões de determinismo, Aronowitz analisa essa relação pelo viés dos estudos culturais, como objetos complexos que necessariamente não têm a sua construção de forma linear ou pela causa e efeito. “Technological, social and biological determinism, which present themselves as antinomies of each other, are all instances of the Western obsession with the question of causality” (Aronowitz, 1996).

Com base nos estudos culturais, Aronowitz critica as formas de determinismo por sua monocausalidade, defendendo uma maior complexidade no tratamento das questões entre sociedade e tecnologia. “We claim that, although technology and science may be everywhere, there is no determinism anywhere, if by determinism we signify a one-to-one correspondence between the causal agent and its effects; rather technology permeates, or inheres in, all these regions, practices, and ideologies” (Aronowitz, 1996:8).

Dominique Wolton (2003) argumenta que “realizar pesquisas entre os receptores e os usuários é sempre a maneira para encontrar a margem de manobra que os indivíduos, e de uma forma mais geral os povos, inventam para se manter a distância das técnicas”. Essa seria uma frase de apoio a um macro-determinismo técnico, que num segundo momento joga com as micro-apropriações? A técnica seria o todo, e aos indivíduos caberia a margem para poder manobrar? Essa “distância” das técnicas que Wolton apregoa acontece na realidade? “Sociality has been technosociality for quite a while, and how would one substantiate the claim that those cultures without technologies are 'more social' than our?” (Aronowitz, 1996). Não seriam formas diferentes de micro-apropriação, mas numa história de vida repleta de técnicas?

A ideologia tecnológica da comunicação se baseia no determinismo segundo o qual uma revolução nas técnicas provocaria uma revolução na estrutura global das sociedades. A inovação das novas tecnologias está relacionada com uma mudança cultural e social? Para Wolton o essencial em um sistema de comunicação não é a tecnologia, e sim as relações



culturais e sociais. “A questão da Internet, então, não é tanto saber se todo o mundo a utilizará, nem de se surpreender com o que permite fazer, é principalmente compreender se existe uma ligação entre esse sistema técnico e uma ruptura de modelo cultural e social da comunicação” (Wolton, 2003:15). Por isso, falando numa margem de manobra, o autor busca colocar o foco nas relações sociais, o que chamamos aqui de micro-apropriação.

RELAÇÃO DA (MICRO) APROPRIAÇÃO COM O (MACRO) DETERMINISMO TECNOLÓGICO

“As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas” (Santos, 2002:171). Argumentamos, segundo a perspectiva de André Lemos aqui que o sistema técnico seria uma macro-determinação, enquanto que o uso se faz a partir de negociações pontuais. Um macro-determinismo tecnológico (universalidade da técnica) será defendido mais como resultante de um processo de negociação entre as tendências técnicas e os usos e apropriações, do que como um produto de um processo hegemônico de causa e efeito. Seria o seguinte confronto imaginado: preciso de um e-mail para ser cidadão frente ao sistema atual? Este seria o macro-determinismo hegemônico dos sistemas técnicos, com confrontações pontuais. Nosso determinismo técnico atual, com certas escolhas e problemas.

Neutralidade e liberdade de escolha, nessas condições, não têm nenhum sentido; uma tal liberdade não existiria senão no caso de uma revolução total, sem precedentes na história, em que a sociedade colocaria explicitamente a questão da transformação consciente da sua tecnologia; por isso ela se encontraria de início condicionada e limitada pela própria tecnologia que quereria transformar (Castoriadis, 1987:249).

Ciro Marcondes Filho (2004) afirma que o meio torna-se o fim quando o homem se adapta a ele, e sua função depende do objeto. O adestramento para o uso aplica-se num



aprisionamento, e não num processo cognitivo. O conhecimento deve ser preferencialmente buscado na apropriação. O autor discorre também sobre uma “naturalização”, um enquadramento das técnicas, de forma semelhante a Cornelius Castoriadis: “toda sociedade cria seu mundo, interno e externo, e dessa criação a técnica não é instrumento nem causa, mas dimensão (...) parte densa em toda a sua extensão, uma vez que está presente em todos os lugares em que a sociedade constitui o que é, quanto a ela, real-racional” (Castoriadis, 1987:249-250).

“As técnicas atuais se difundiram universalmente, ainda que com diferente intensidade e seus efeitos se fazem sentir, direta ou indiretamente, sobre a totalidade dos espaços” (Santos, 2002:193). Esse é um dos pressupostos da exclusão digital, o qual procura trazer a tona um sistema técnico hegemônico para aqueles que estão fora do processo.

“A tecnologia atual se impõe como praticamente inevitável. Essa inevitabilidade tanto se deve ao fato de que a sua difusão é comandada por uma mais-valia que opera no nível do mundo e opera em todos os lugares, direta ou indiretamente, quanto em razão da formidável força do imaginário correspondente, que facilita a sua inserção em toda parte” (Santos, 2002:181). Um “universalismo técnico”, termo introduzido por Leroi-Gourhan, que tratava sobre as tendências técnicas. Atualmente, mais do que uma tendências universal, vivemos em uma realidade universal das técnicas, mesmo com as defasagens pontuais que possam ser encontradas. Uma realidade global, onde o dogma da inclusão digital surge para buscar efetivar esse sistema em localidades “excluídas”.

Praticamente inevitáveis, as tecnologias contemporâneas se tornam, também, irreversíveis (...) Sua irreversibilidade advém de sua factibilidade. Ainda que fosse possível abandonar algumas, técnicas como modo de fazer, permanecem aquelas que se impuseram como modo de ser, incorporadas à natureza e ao território, como paisagem artificial (...) São um produto da história (...) e (...) produtoras da história, já que diretamente participam desse processo (Santos, 2002:181).



Levando-se em consideração a ideologia do progresso reforçada pelos computadores, há fortemente presente o dogma no qual é preciso incluir toda a população mundial nesse esquema. Mas realmente é preciso fazer tal “inclusão”? Muitas vezes essa ideologia do progresso está ligada simplesmente a uma ideologia política e econômica, relacionada a um processo macro-determinista.

Em relação à hegemonia, “hoje, o projeto global se torna explícito” (Santos, 2002:196), mesmo que não seja implícito para todos indivíduos na mesma proporção. Para os processos hegemônicos, pouco importa nesse caso as esferas micro dos indivíduos. Ou eles se adaptam, ou ficam marginais ao processo no conjunto de toda a sociedade. Seria o que chamamos de “inclusão (forçosamente) espontânea”, ou seja, o processo diário de confronto, por exemplo, com as novas tecnologias, mesmo que os indivíduos não sejam treinados ou preparados para o mesmo.

A hegemonia digital traz uma maior flexibilização dos macro-processos em relação a outras hegemonias. Há um descontrole maior em relação aos conteúdos, onde há a possibilidade de ser produtor ao mesmo tempo em que se é consumidor, no chamado modelo todos-todos da “Sociedade da Informação”. A negociação em escala micro pode ser considerada como uma apropriação do meio, numa potencialidade maior de engajamento e participação.

Para Pierre Lévy (1999) uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas. “Dizer que a técnica condiciona significa dizer que abre algumas possibilidades, que algumas opções sociais ou culturais não poderiam ser pensadas a sério sem sua presença. Mas muitas possibilidades são abertas, e nem todas são aproveitadas” (Lévy, 1999).

As tecnologias, incluindo naturalmente as digitais, não são unidirecionais, nem têm uma dinâmica própria e pré-determinada de desenvolvimento. A criação e o uso de tecnologias são processos sociais. É preciso cuidado com o pensamento enviesado pelo determinismo tecnológico, que nos leva a raciocinar em termos de uma suposta ‘neutralidade da técnica’ e a concentrar



esforços em estudar seus ‘impactos’ na sociedade. Toda tecnologia é apropriada diferencialmente pelas sociedades. A apropriação e o uso da Internet são muitos diferentes no Brasil, na Noruega ou no Nepal (...) Nossa maneira de ver, de compreender as tecnologias é essencial para decidirmos nossos modos de usá-las (...) Ou não usá-las (Palacios, 2005).

Da mesma forma que devemos ter cuidado com os pensamentos viesados pelo determinismo tecnológico, no discurso de Palacios há uma exacerbação ao determinismo social frente às técnicas. Será que as formas de utilização são tão diferentes assim na Noruega e no Brasil? Será que a perspectiva social, nesse discurso, não está supervalorizada?

NOVAS TECNOLOGIAS, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

Essa parte deve ir para o capítulo sobre o que é inclusão digital...finalizar o capítulo

Essa parte deve sair daqui e ir para o outro capítulo./..

Segundo dados do Mapa da Exclusão Digital (Neri, 2003) quase 85% da população brasileira sofre – além de outras exclusões sociais, da exclusão digital. Em linhas gerais entende-se inclusão digital como uma forma de apoio aos cidadãos numa nova perspectiva, a do cidadão na sociedade da informação.

A exclusão digital perpassa dois aspectos da inclusão social: tanto a inclusão digital pode ser uma facilitadora de outras inclusões, tais como a sócio-econômica, como a falta desta inclusão digital pode aumentar a exclusão social. O excluído digital acaba ficando à margem dessa nova cidadania, o que aumentaria a sua exclusão social no âmbito da reconfiguração das sociedades e das cidades.

A cidade é um conjunto de redes simbólicas e sociotécnicas. Nesse sentido, visamos compreender a relação das cidades contemporâneas com as NTICs. O modelo não deve ser substitutivo, nem transpositivo, mas complementar (...) O espaço de fluxos complexifica o espaço de lugar. Busca-se, comum modelo complexo, evitar o mero determinismo tecnológico que está em marcha nos trabalhos de urbanistas, arquitetos e políticos da comunicação. O modelo visa colocar em sinergia capitais,



evitando pensar que a mera inclusão de uma rede técnica poderá criar processos de inteligência coletiva. Podemos mostrar, com o modelo, que, por exemplo, a mera implantação de computadores nas escolas (investindo no capital técnico) não irá resolver as mazelas da educação. Devemos assim ter uma visão complexa e colocar o capital técnico em sinergia com os capitais social, cultural e intelectual (Lemos, 2004).

A perspectiva meramente tecnocrática deve ser abandonada em prol de uma visão mais complexa do processo de inclusão. O capital técnico é importante, mas não o único. A ação de incluir deve ser vista como uma ação complexa que visa a ampliação dos capitais técnico, cultural, social e intelectual. Na base desse processo está a autonomia econômica mínima para acesso aos bens e serviços tecnológicos. O capital cultural é a memória de uma sociedade, o social, a potência política e identitária, o intelectual a competência individual, e o técnico a potência da ação e da comunicação (Lemos, 2004).

Uma definição e um modelo de análise

Podemos definir exclusão digital como a falta de capacidade técnica, social, cultural, intelectual e econômica de acesso às novas tecnologias e aos desafios da sociedade da informação. “A globalização da comunicação tem sido também um processo estruturado e desigual que beneficiou mais a uns do que a outros, e que incluiu mais rapidamente algumas partes do mundo nas redes de comunicação global do que a outras” (Thompson, 1998:143).

Essa incapacidade não deve ser vista de forma meramente técnica ou econômica, mas também cognitiva e social. A partir dessa definição foi desenvolvida uma matriz de análise para testar a hipótese, inicialmente com os programas realizados na cidade de Salvador (Lemos e Costa, 2005), de que os projetos atuais de inclusão digital têm uma ênfase meramente tecnocrática (atuam principalmente no capital técnico), numa forma de tentar esclarecer a abrangência que o conceito inclusão digital pode e deve alcançar.

Nossa visão (e a matriz de análise de projetos de inclusão digital daí deriva) parte da premissa de que o processo de “inclusão” deve ser visto sob os indicadores econômico (ter condições financeiras de acesso às novas tecnologias), cognitivo (estar dotado de uma visão crítica e de capacidade independente de uso e apropriação dos novos meios digitais), e técnico (possuir conhecimentos operacionais de programas e de acesso à Internet). Nesse



sentido, incluir é um processo amplo que deve contar com ações nos quatro capitais explicitados.

Incluir não deve ser apenas uma simples ação de formação técnica dos aplicativos, como acontece em muitos projetos, mas um trabalho de desenvolvimento das habilidades cognitivas, transformando informação em conhecimento, transformando utilização em apropriação. A reflexão crítica da sociedade deverá gerar práticas criativas de recusa de todas as formas de exclusão social. A apropriação dos meios deve ocorrer de forma ativa. Por isso, as categorias econômica e cognitiva são tão ou mais importantes que a categoria técnica nos processos de inclusão digital.

Nosso modelo de análise parte da constatação que existem duas formas de inclusão: uma inclusão espontânea e uma inclusão induzida. O cidadão que vive hoje nas grandes metrópoles utiliza, querendo ou não, diversos dispositivos eletrônicos – caixas de bancos, *smart cards*, cartões eletrônicos, etc. - sendo, de alguma forma, obrigado a incluir-se/aprender a usar as diversas ferramentas da era da informação. A vivência na sociedade da informação coloca os cidadãos em meio ao que estamos chamando de inclusão espontânea. A forma induzida é aquela em que se criam espaços, projetos, dinâmicas educacionais por iniciativas governamentais, privadas ou do terceiro setor (telecentros⁷, cibercafés, SACs, ONGS, etc.) visando induzir a formação, o acesso e a destreza no manuseio das novas tecnologias de comunicação e informação. Os conceitos aqui propostos e descritos estão diretamente ligados aos processos induzidos e aos discursos relacionados sobre os mesmos. Esta matriz de análise está atualmente em fase de discussões e reconstruções, para, em outro momento, partirmos para a análise em campo dos projetos existentes no estado da Bahia.

Quadro 01: Matriz de análise de projetos de inclusão digital.

Inclusão digital	
Espontânea	Induzida

⁷ Telecentro é o nome usualmente dado a espaços públicos de acesso com computadores conectados à Internet. “São sinônimos de telecentro os termos *telecottage*, centro comunitário de tecnologia, *teletienda*, oficina comunitária de comunicação, clube digital, cabine pública, infocentro, entre outros. Os badalados *cibercafés* também são telecentros, mas em geral cobram pelo uso da Internet e estão localizados em regiões mais nobres das cidades” (Silveira, 2001:33-34).



Formas de acesso e uso das TICs em que os cidadãos estão imersos com a entrada da sociedade na era da informação, tendo ou não formação para tal uso. A simples vivência em metrópoles coloca o indivíduo em meio a novos processos e produtos em que ele terá que desenvolver capacidades de uso das TICs. Como exemplo podemos citar: uso de caixas eletrônicas de bancos, cartões de crédito com *chips*, *smart cards*, telefones celulares, etc.

Projetos induzidos de inclusão às tecnologias eletrônicas e às redes de computadores executados por empresas privadas, instituições governamentais e/ou não governamentais.

Três categorias:

Técnica – Destreza no manuseio do computador, dos principais *softwares* e do acesso à Internet. Estímulo do capital técnico.

Cognitiva – autonomia e independência no uso complexo das TICs. Visão crítica dos meios, estímulo dos capitais cultural, social e intelectual. Prática social transformadora e consciente. Capacidade de compreender os desafios da sociedade contemporânea.

Econômica – capacidade financeira em adquirir e manter computadores e custeio para acesso à rede e *softwares* básicos. Reforço dos quatro capitais (técnico, social, cultural, intelectual).

Fonte: Lemos e Costa, 2005.

Semânticas da inclusão digital: “use it, update it, buy it”...

Buy it, use it, break it, fix it,
trash it, change it, mail - upgrade it,
charge it, point it, zoom it, press it,
snap it, work it, quick - erase it,
write it, cut it, paste it, save it,
load it, check it, quit - rewrite it,
(...) Technologic, technologic, technologic, technologic.
(Technologic, letra da música do Daft Punk⁸)

De forma semelhante aos indicadores propostos pela matriz de análise, os discursos sobre a inclusão digital podem ser vistos sob esses três aspectos: técnico, cognitivo, e econômico. São diferentes falas sobre os diversos processos atuais que reúnem as novas tecnologias em

⁸ <http://daft-punk.lettras.terra.com.br/letras/169638/> (acesso em 21/08/2005).



confronto com a sociedade da informação, num processo que pode ser caracterizado como as diferentes semânticas da inclusão digital.

Não há muitas críticas atuais se as novas tecnologias significam um progresso a tal ponto incontestável que justifique o clamor pela necessidade da “modernização”, e para muitos (inclusive em inúmeros discursos sobre inclusão digital) o número de computadores ligados à Internet parece o índice mais preciso sobre o grau de desenvolvimento de um país, num discurso puramente técnico sobre a questão. Vale lembrar que esse número acaba, na maioria das vezes, se chocando com outros índices onde os países com o número maior de internautas estão entre os mais desenvolvidos, mas não devemos esquecer que há outras desigualdades e complexidades por trás disso.

Em outubro de 2005 o Governo Federal apresentou um plano para os próximos 17 anos, metas que saíram de uma consulta aos setores da sociedade. Trata-se do projeto Brasil Três Tempos, do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência (NAE). Especialistas da área acadêmica elegeram 50 temas que devem orientar a vida social, política e econômica do século XXI, como qualidade de vida urbana, biotecnologia, Conselho de Segurança da ONU, qualidade de ensino, desigualdade social, ações afirmativas de inclusão social, inclusão digital, tecnologia da informação, nanotecnologia, blocos político-econômicos e diversidade cultural. O tema de número 36 se refere à inclusão digital, no que tange contribuir para que mais de 50% da população brasileira, até 2015, e mais de 70%, até 2022, tenha acesso a computadores, redes de comunicação e serviços digitais⁹. Mas, só o acesso basta? A reflexão deve ir além da perspectiva técnica, inclusive no planejamento político.

O CULT – Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura¹⁰ defende, no âmbito do projeto Brasil Três Tempos, que no contexto da questão da inclusão digital e concomitantemente a ela, deve ser tratada a questão da geração de conteúdos, se afastando um pouco dos reducionismos técnicos que são normalmente falados sobre a questão. Menos de 1% do conteúdo da Internet está em português, então a criação de conteúdo em português seria uma condição essencial para a inclusão digital. Somente a existência de conteúdos diversificados, direcionados para todas as camadas da população e de interesse realmente vital e prático pode, segundo a análise do CULT, gerar a motivação para o acesso

⁹ www.atarde.com.br/materia.php3?mes=05&ano=2005&id_materia=2089 (acesso em 09/07/2005).

¹⁰ www.cult.ufba.br/pesq_brtemp.html (acesso em 24/06/2004).



e inclusão. A geração de conteúdos deve ser entendida tanto como a produção de novos materiais e serviços, quanto como a digitalização e disponibilização do acervo cultural anteriormente acumulado, em diferentes suportes materiais e diferentes localizações físicas. Proporcionar acesso físico sem mobilizar vontades e atender necessidades é um direcionamento incompleto e fadado ao fracasso, afirma o CULT em contraposição a uma semântica puramente técnica.

Anthony Wilhelm (2000) ressalta que muitos retóricos neofuturistas crêem que a partir de melhorias da técnica ocorrem impactos salutares na comunicação na esfera pública, mas que, na sua opinião, este processo seria mais complexo.

Desde que uma noção instrumental da tecnologia está tão imersa na nossa cultura, há sempre uma resposta reflexiva que pela manipulação de ferramentas de comunicação – digamos, por prover uma maior largura de banda – há automaticamente uma melhora na nossa democracia por causa do provimento da interatividade, escolha, e diversidade de conteúdos (Wilhelm, 105:2000)¹¹.

A semântica técnica da inclusão digital apregoa com frequência que a participação e as melhorias vêm em seguida dos processos técnicos, mas o processo é mais complexo, e não pode ser medido apenas pela largura da banda.

Em relação à democratização, para Roger Silverstone é preciso “uma política mais convencional que produzirá, ou não, políticas de acesso, definindo alguma forma de serviço universal” (Silverstone, 2002:59); num discurso de perspectiva técnica. Há grupos que afirmam que o acesso universal é um pré-requisito para a igualdade de oportunidades em todas as esferas (Alliance for Public Technology apud Wilhelm, 112:2000), e com isso vão um pouco além dos discursos técnicos simplistas. A técnica é um importante fator, mas não deve ser pensada isoladamente. A semântica puramente técnica, por muitas vezes, reduz a complexidade que o tema inclusão digital pode abarcar, em detrimento de outros fatores como a questão cognitiva.

Para Dominique Wolton (2003) a concepção que sustenta os novos serviços de informação se baseia mais no lado do conhecimento-ação do que na democracia (e os pressupostos de igualdade e universalidade), com uma seleção que se opera pelo dinheiro e pelo nível cultural, mesmo que cada um possa acessar livremente. Com isso, Wolton argumenta que

¹¹ “Since an instrumental notion of technology is so imbedded in our culture, there is often a reflexive response that manipulating communication tools – say, by providing greater bandwidth – will automatically enhance our democracy by providing interactivity, choice, and diversity of content” (tradução livre).



as desigualdades socioculturais se reencontram na utilização da informação – ponto corrente nos discursos de inclusão digital e um dos seus pressupostos.

“Quem mexe com Internet | Fica bom em quase tudo | Quem tem computador | Nem precisa de estudo”. O que a banda Pato Fu quer dizer com essa letra, da música “Estudar Pra Quê?”¹², presente no seu mais recente CD – “Toda Cura Para Todo Mal”? Uma crítica a uma ideologia tecnológica como panacéia a todos os males? Uma crítica aos discursos que exacerbam a técnica, em oposição a uma semântica cognitiva? De qualquer modo, a banda traz com essa letra a abordagem equivocada e evocada por muitos que tratam o tema da inclusão digital apenas pela semântica técnica.

“Dizer que preços baixos podem ajudar na resolução do problema é como afirmar que um indivíduo estará alfabetizado quando ganhar uma caneta”¹³. Contra essa ideologia tecnológica que enxerga a cura de todos os males no aparato, o professor Roberto Aparici diz que:

Sozinha, a informática não transforma vidas. É necessário que as pessoas vejam a Internet como uma ferramenta que melhore seu trabalho, sua vida pessoal. Para isso, elas precisam ser ensinadas com uma metodologia que inclua processos mais complexos do que o uso do teclado e do mouse¹⁴.

Essa crítica também se refere ao projeto Computador para Todos, do Governo Federal. Através do acesso a computadores o projeto pretende que a população atualmente off-line aprenda princípios básicos dos computadores, além de saber como tirar melhor proveito dessa ferramenta tecnológica. O projeto, que anteriormente era chamado de PC Conectado, atua na redução dos preços de aquisição dos computadores. Um projeto onde o mais importante não seria o ensino, mas a aquisição do aparato. Seguindo nessa linha, nas semânticas técnica e econômica da inclusão, o diretor da Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), Sérgio Rosa, afirma que “quando damos acesso a computadores e à Internet, já estamos abrindo uma porta para a inclusão das classes mais baixas (...) A partir do momento que essas pessoas tiverem acesso aos micros, saberão como tirar melhor proveito da Internet”¹⁵. Essa é uma afirmação não tão fácil de verificar na realidade, mas que não deve excluir que o Governo Federal também promove outros projetos e iniciativas

¹² <http://pato-fu.lettras.terra.com.br/lettras/185867/> (acesso em 21/07/2005).

¹³ www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18699.shtml (acesso em 30/07/2005).

¹⁴ www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18699.shtml (acesso em 30/07/2005).

¹⁵ www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18699.shtml (acesso em 30/07/2005).



em outros campos da inclusão digital. O Computador para Todos auxilia em determinadas frentes, a técnica e a econômica, mas na conjuntura atual esse é o melhor caminho? Esse papel não deveria ser feito num segundo momento, quando uma maior parcela da população já estivesse incluída de forma cognitiva, demandando a questão técnica por outros motivos?

Devemos aguardar mais dados concretos deste projeto para podermos então analisar a sua efetividade junto às camadas mais pobres da população. Para Dominique Wolton:

Produzir conhecimento é também um meio de relativizar as promessas e evitar as decepções que não deixarão de se manifestar amanhã, quando os indivíduos perceberem que nem a felicidade individual e social e nem a sociedade da informação vêm depois dos teclados e dos terminais (Wolton, 2003:22).

Essa nota é interessante para a reflexão sobre a inclusão digital pensada apenas sob os discursos econômicos ou técnicos, onde o acesso a máquinas tais como o computador traria as respostas para tudo.

Mas, por outro lado, há discursos, como o do analista do Ibope//NetRatings, Alexandre Magalhães, que reforçam a semântica técnica do projeto Computador para Todos: “existe a possibilidade de uma explosão na Internet brasileira, com a possibilidade de a classe C oferecer essa ferramenta para seus filhos”¹⁶. O crescimento da Internet no país depende no momento da adesão das classes mais baixas, já que a expansão nas classes A e B brevemente estará saturada, mas devemos ser mais cautelosos com tais afirmações, pois o que essa “explosão” poderá significar é muito difícil de averiguar atualmente.

Os discursos, na maioria dos projetos, estão concentrados na ênfase ao aprendizado técnico. Para vários estudiosos da questão esse não parece ser o melhor caminho para que a inclusão digital se transforme efetivamente em uma inclusão social, que deve ser tecida de maneira complexa no sistema social e nos seus processos: “a exclusão digital mais importante não é o acesso a uma caixa. É a habilidade de se tornar poderoso com a linguagem que esta caixa trabalha. Senão somente poucos podem escrever com esta língua, e todo o resto está reduzido a ser apenas leitores” (Daley apud Lessig, 2004)¹⁷.

O Governo Federal atua ainda com projetos como o Casa Brasil. A idéia surgiu em 2003, quando o governo implantou o Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID). O projeto

¹⁶ www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18619.shtml (acesso em 30/07/2005).

¹⁷ “The most important digital divide is not access to a box. It’s the ability to be empowered with the language that box works in. Otherwise only a very few people can write with this language, and all the rest of us are reduced to being read-only” (tradução livre).



tem colaboração dos ministérios das Comunicações, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento e Planejamento, Cultura e Educação. Até 2005, o governo pretende construir mil telecentros em todo o país. No começo, a infra-estrutura de centros comunitários já existentes e que possuem acesso à rede será aproveitada. Cada telecentro será equipado com seis computadores com Internet e também terá à disposição instrutores capacitados para ensinar informática, além de ministrar atividades culturais que irão melhorar as condições de vida da população carente. Nesse caso o Governo direciona os seus discursos em relação às semânticas técnica e cognitiva.

Outro projeto do Governo Federal é o Pontos de Cultura, lançado em setembro de 2004 pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil, e faz parte do Programa Cultura Viva. Ao todo, serão disponibilizados para esse programa R\$ 15 milhões em projetos selecionados por uma comissão especial. Alguns desses pontos já funcionam em 137 municípios brasileiros. Na Bahia, por exemplo, há 26 projetos em andamento, mas que sofreram com o corte de recursos pelo Ministério da Fazenda, e tiveram as suas atuações prejudicadas. Diversas ações, como as ilhas de edição digital e as bolsas de auxílio aos jovens ainda não acontecem de forma plena no projeto. Mas, mesmo com esta série de problemas operacionais, as suas bases conceituais são parecidas com o projeto Casa Brasil, com discursos direcionados às questões técnica e cognitiva.

“Democratização (...) significará, essencialmente, uma redução da distância social entre categorias de cidadão que têm distintos graus de participação histórica na construção e desenvolvimento da cultura nacional” (Othon Jambeiro, 2005:57). Neste trecho Jambeiro mostra que além de uma semântica técnica, temos que promover a inclusão a partir de uma semântica cognitiva, onde as pessoas possam transformar as suas vidas a partir da utilização dos aparatos, que seriam meios, e não objetos-fim. Estes dois últimos projetos citados do Governo atentam para essa questão, não sendo apenas cursos de Word e Excel. Eles procuram ir um pouco além no ensino do uso das novas tecnologias, para conseguir explorar mais as suas potencialidades em relação às populações de baixa renda. Os seus discursos perpassam as questões técnicas envolvidas nos processos de inclusão digital, mas se ancoram na perspectiva cognitiva do tema.

O diretor regional do SESC São Paulo, Danilo Santos de Miranda, ressalta nos seus discursos sobre inclusão digital a importância da semântica cognitiva, sendo que a



educação do público deve se dar não apenas no sentido tecnológico, para que saibam acessar à Internet, mas também no sentido de expressar-se através do meio digital¹⁸. A atuação do SESC, em relação à inclusão digital, atualmente ocorre através do projeto Internet Livre¹⁹.

Em relação à importância da questão cognitiva, Dominique Wolton afirma:

O problema, na realidade, não está no fato de que alguns terão acesso e outros não, uma vez que tudo é possível – com a condição de saber e de pagar –, mas principalmente de saber qual será o nível de demanda. Ora, este está ligado à posição social de cada um: *um dos efeitos da dominação sociocultural é justamente o de pedir só o que se tem* (Wolton, 2003:96).

Para Wolton haverá computadores, a partir da sua banalização, em todos os lugares, mas as desigualdades se darão de duas formas: a imposição um único modelo cultural; e a possibilidade que os países terão de se equipar, mas o conjunto da economia cognitiva, intelectual e técnica permanecerá em outras mãos. A regulação do mercado não basta para a redução de desigualdades, mas é um dos caminhos possíveis a se trilhar em conjunto com outras iniciativas, tanto governamentais quanto da sociedade civil.

Como visto em diversas falas, a semântica técnica (que versa sobre possuir conhecimentos operacionais de programas e de acesso à Internet) da inclusão digital é atualmente bastante difundida, mas devem ser levados em conta outros fatores mais importantes no processo. A perspectiva técnica, na maioria das vezes, reduz a complexidade envolvida no tema a uma simples aquisição de um computador na rede de lojas da Insinuante, conforme nos traz os veículos da publicidade. O fator técnico, sem dúvida, é importante, mas os seus discursos tendem a exacerbar tal importância em detrimento dos fatores cognitivos. O conceito de inclusão é pensado apenas na dimensão tecnológica não coloca em valor os capitais intelectual, social e cultural.

“O acesso a redes de comunicação tanto globais como locais é, certamente, capacitante, mas temos de ter algo a dizer, e deve haver alguém para escutar, e para ouvir” (Silverstone,

¹⁸ <http://webinsider.uol.com.br/vernoticia.php/id/1390> (acesso em 30/07/2005).

¹⁹ Projeto Internet Livre: oferece aos seus frequentadores o livre acesso à Internet. Concebido arquitetonicamente e com aparato tecnológico (micos de última geração, telas e telões de plasma e acesso em banda larga), o projeto pretende ir além do acesso à navegação na Internet. Além dos serviços de navegação e de envio e recepção de *e-mails*, agentes culturais (web-animadores) treinados atendem o público diariamente em cada unidade com os objetivos de estimular à produção de trabalhos artísticos e favorecer o intercâmbio cultural e a relação da arte com as novas tecnologias digitais. O projeto Internet Livre tem caráter educativo, de inclusão dos jovens de baixa renda em ações voltadas para a utilização de computadores e dos diferentes *softwares* para a navegação na Internet facilitando o acesso à linguagem digital. www.sescsp.com.br (acesso em 27/07/2005).



2002:279). Por isso a questão dos excluídos não deve ser focada de forma simples, numa irrefreável inclusão sem reflexão, pois as tecnologias por si só não são criativas. Devemos, num primeiro momento, analisar as formas que essa tecnologia pode afetar a vida dos seus atuais excluídos. Precisamos saber como ela funciona e precisamos compreender os seus processos.

Os processos de Inteligência Coletiva (Lévy, 1999) ficam prejudicados pelo não desenvolvimento dos quatro capitais. Essa dimensão tecnocrática pede por um discurso e uma ação mais ampla. Entendemos que a inclusão digital seja impensável sem o capital técnico. Ele é condição *sine qua non* de destreza para com as Tecnologias da Informação e da Comunicação, mas é, também, incapaz de verdadeiramente incluir sozinho. Incluir digital e socialmente deve ser uma ação que ofereça ao indivíduo condições mínimas de autonomia e de habilidade cognitiva para compreender e agir na sociedade informacional contemporânea. Incluir é ter capacidade de livre apropriação dos meios. Trata-se de criar condições para o desenvolvimento de pensamento crítico, autônomo e criativo em relação às novas tecnologias de comunicação e informação.

Acesso para todos sim! Mas não se deve entender por isso um “acesso ao equipamento”, a simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará de toda forma muito barata (...). Devemos antes entender um acesso de todos aos processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de autocartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. (Lévy, 1999:196).

A semântica cognitiva - que diz respeito aos discursos sobre estar dotado de uma visão crítica e de capacidade independente de uso e apropriação dos novos meios digitais; como foi demonstrado, deve ser a principal aliada dos processos de inclusão digital, pois abrange melhor a complexidade da questão, indo além do simples acesso.

Já a semântica econômica (sobre ter condições financeiras de acesso às novas tecnologias) se soma normalmente aos discursos relacionados à técnica, não sendo considerada, na atual conjuntura sócio-econômica brasileira, como a mais importante em todo o processo. A exclusão social no Brasil abrange diversos aspectos, com isso a inclusão econômica poderá, num segundo momento da inclusão digital, estar mais presente nos discursos sobre o tema, mas atualmente figura de forma acessória.



UMA DEFINIÇÃO E UM MODELO DE INCLUSÃO DIGITAL

Outro capítulo – ver sumário

Buy it, use it, break it, fix it,
trash it, change it, mail - upgrade it,
charge it, point it, zoom it, press it,
snap it, work it, quick - erase it,
write it, cut it, paste it, save it,
load it, check it, quit - rewrite it,
(...) Technologic, technologic, technologic, technologic.
(Technologic, letra da música do Daft Punk²⁰)

Para Dominique Wolton (2003) a concepção que sustenta os novos serviços de informação se baseia mais no lado do conhecimento-ação do que na democracia (e os pressupostos de igualdade e universalidade), com uma seleção que se opera pelo dinheiro e pelo nível cultural, mesmo que cada um possa acessar livremente. Com isso, Wolton argumenta que as desigualdades socioculturais se reencontram na utilização da informação – ponto corrente nos discursos de inclusão digital e um dos seus pressupostos.

Podemos definir inclusão digital como a falta de capacidade técnica, social, cultural, intelectual e econômica de acesso às novas tecnologias e aos desafios da sociedade da informação. (?????) “A globalização da comunicação tem sido também um processo estruturado e desigual que beneficiou mais a uns do que a outros, e que incluiu mais rapidamente algumas partes do mundo nas redes de comunicação global do que a outras” (Thompson, 1998:143).

Essa incapacidade não deve ser vista de forma meramente técnica ou econômica, mas também cognitiva e social. A partir dessa definição foi desenvolvida uma matriz de análise para testar a hipótese, inicialmente com os programas realizados na cidade de Salvador, de que os projetos atuais de inclusão digital têm uma ênfase meramente tecnocrática (atuam principalmente no capital técnico), numa forma de tentar esclarecer a abrangência que o conceito inclusão digital pode e deve alcançar.

A perspectiva meramente tecnocrática deve ser abandonada em prol de uma visão mais complexa do processo de inclusão. O capital técnico é importante, mas não o único. A ação de incluir deve ser vista como uma ação complexa que visa a ampliação dos capitais técnico, cultural, social e intelectual; como já visto anteriormente (Lemos, 2004). Nossa visão (e a matriz de análise de projetos de inclusão digital daí deriva) parte da premissa de que o processo de “inclusão” deve ser visto sob os indicadores econômico (ter condições financeiras de acesso às novas tecnologias), cognitivo (estar dotado de uma visão crítica e de capacidade independente de uso e apropriação dos novos meios digitais), e técnico (possuir conhecimentos operacionais de programas e de acesso à Internet). Nesse sentido, incluir é um processo amplo que deve contar com ações nos quatro capitais explicitados.

²⁰ <http://daft-punk.letras.terra.com.br/letras/169638/> (acesso em 21/08/2005).



De forma semelhante aos indicadores propostos pela matriz de análise, os discursos sobre a inclusão digital podem ser vistos sob esses três aspectos: técnico, cognitivo, e econômico. Daí resulta as análises contidas neste artigo, com diferentes falas sobre os diversos processos atuais que reúnem as novas tecnologias em confronto com a “sociedade da informação”, num processo que pode ser caracterizado como as diferentes semânticas da inclusão digital.

Incluir não deve ser apenas uma simples ação de formação técnica dos aplicativos, como acontece na maioria dos projetos, mas um trabalho de desenvolvimento das habilidades cognitivas, transformando informação em conhecimento, transformando utilização em apropriação. A reflexão crítica da sociedade deverá gerar práticas criativas de recusa de todas as formas de exclusão social. A apropriação dos meios deve ocorrer de forma ativa. Por isso, as categorias econômica e cognitiva são tão ou mais importantes que a categoria técnica nos processos de inclusão digital, o que será verificado posteriormente em relação às suas semânticas.

O nosso modelo de análise parte da constatação que existe duas formas de inclusão: uma inclusão espontânea e uma inclusão induzida. O cidadão que vive hoje nas grandes metrópoles utiliza, querendo ou não, diversos dispositivos eletrônicos – caixas de bancos, *smart cards*, cartões eletrônicos, etc. - sendo, de alguma forma, obrigado a incluir-se/aprender a usar as diversas ferramentas da era da informação. A vivência na “sociedade da informação” coloca os cidadãos em meio ao que estamos chamando de inclusão espontânea. A forma induzida é aquela em que se criam espaços, projetos, dinâmicas educacionais por iniciativas governamentais, privadas ou do terceiro setor (telecentros²¹, cibercafés, SACs, ONGS, etc.) visando induzir a formação, o acesso e a destreza no manuseio das novas tecnologias de comunicação e informação. As semânticas aqui propostas e descritas estão diretamente ligadas aos processos induzidos e aos discursos relacionados sobre os mesmos.

SEMÂNTICAS DA INCLUSÃO DIGITAL: “USE IT, UPDATE IT, BUY IT”... Ir para o capítulo de definição...ta bem confuso....

Não há muitas críticas atuais se as novas tecnologias significam um progresso a tal ponto incontestável que justifique o clamor pela necessidade da “modernização”, e para muitos (inclusive em inúmeros discursos sobre inclusão digital) o número de computadores ligados à Internet parece o índice mais preciso sobre o grau de desenvolvimento de um país, num discurso puramente técnico sobre a questão. Vale lembrar que esse número acaba, na maioria das vezes, se chocando com outros índices onde os países com o número maior de internautas estão entre os mais desenvolvidos, mas não devemos esquecer que há outras desigualdades e complexidades por trás disso.

²¹ Telecentro é o nome usualmente dado a espaços públicos de acesso com computadores conectados à Internet. “São sinônimos de telecentro os termos *telecottage*, centro comunitário de tecnologia, *teletienda*, oficina comunitária de comunicação, clube digital, cabine pública, infocentro, entre outros. Os badalados *cibercafés* também são telecentros, mas em geral cobram pelo uso da Internet e estão localizados em regiões mais nobres das cidades” (Silveira, 2001:33-34).



Segue abaixo um trecho de um pronunciamento de Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas, sobre o tema. Uma mensagem curta, mas que demonstra o discurso da maioria dos políticos atualmente sobre esse tema. Precisamos aprofundar mais essas questões, ancorando as na realidade:

Efforts to build an equitable and accessible information society depend on the strength of partnerships between Governments, civil society and businesses, underpinned by the support of international organizations such as the United Nations. On this World Telecommunication Day, which marks the 140th anniversary of the founding of the International Telecommunication Union, let us pledge to bridge technological differences and promote interconnectivity for all. Together, we can create a truly global information society that will benefit all the world's people²².

Em outubro próximo o Governo Federal irá apresentar um plano para os próximos 17 anos, metas que sairão de uma ampla consulta a todos os setores da sociedade. Trata-se do projeto Brasil Três Tempos, do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência (NAE). Especialistas da área acadêmica elegeram 50 temas que devem orientar a vida social, política e econômica do século XXI, como qualidade de vida urbana, biotecnologia, Conselho de Segurança da ONU, qualidade de ensino, desigualdade social, ações afirmativas de inclusão social, inclusão digital, tecnologia da informação, nanotecnologia, blocos político-econômicos e diversidade cultural. O tema de número 36 se refere à inclusão digital, no que tange contribuir para que mais de 50% da população brasileira, até 2015, e mais de 70%, até 2022, tenha acesso a computadores, redes de comunicação e serviços digitais²³. Mas, só o acesso basta? A reflexão pode e deve ir além da perspectiva técnica, inclusive no planejamento político. (isso não deveria estar em políticas públicas?????)

O CULT – Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura²⁴ defende?????/, no âmbito do projeto Brasil Três Tempos, que no contexto da questão da inclusão digital e concomitantemente a ela, deve ser tratada a questão da geração de conteúdos, se afastando um pouco dos reducionismos técnicos que são normalmente falados sobre a questão.

Menos de 1% do conteúdo da Internet está em português, então a criação de conteúdo em português seria uma condição essencial para a inclusão digital. Somente a existência de conteúdos diversificados, direcionados para todas as camadas da população e de interesse realmente vital e prático pode, segundo a análise do CULT, gerar a motivação para o acesso e inclusão. A geração de conteúdos deve ser entendida tanto como a produção de novos materiais e serviços, quanto como a digitalização e disponibilização do acervo cultural anteriormente acumulado, em diferentes suportes materiais e diferentes localizações físicas. Proporcionar acesso físico sem mobilizar vontades e atender necessidades é um

²² www.unis.unvienna.org/unis/pressrels/2005/sgsm9852.html (acesso em 09/07/2005).

²³ www.atarde.com.br/materia.php3?mes=05&ano=2005&id_materia=2089 (acesso em 09/07/2005).

²⁴ www.cult.ufba.br/pesq_brtemp.htmlwww.cult.ufba.br (acesso em 24/06/2004).



direcionamento incompleto e fadado ao fracasso, afirma o CULT em contraposição a uma semântica puramente técnica.

Anthony Wilhelm (2000) ressalta que muitos retóricos neofuturistas crêem que a partir de melhorias da técnica ocorrem impactos salutares na comunicação na esfera pública, mas que, na sua opinião, este processo seria mais complexo. “Desde que uma noção instrumental da tecnologia está tão imersa na nossa cultura, há sempre uma resposta reflexiva que pela manipulação de ferramentas de comunicação – digamos, por prover uma maior largura de banda – há automaticamente uma melhora na nossa democracia por causa do provimento da interatividade, escolha, e diversidade de conteúdos” (Wilhelm, 105:2000)²⁵. A semântica técnica da inclusão digital apregoa com frequência que a participação e as melhorias vêm em seguida dos processos técnicos, mas o processo é mais complexo, e não pode ser medido apenas pela largura da banda.

Em relação à democratização, para Roger Silverstone é preciso “uma política mais convencional que produzirá, ou não, políticas de acesso, definindo alguma forma de serviço universal” (Silverstone, 2002:59); num discurso de perspectiva técnica. Há grupos que afirmam que o acesso universal é um pré-requisito para a igualdade de oportunidades em todas as esferas (Alliance for Public Technology apud Wilhelm, 112:2000), e com isso vão um pouco além dos discursos técnicos simplistas. A técnica é um importante fator, mas não deve ser pensada isoladamente. A semântica puramente técnica, por muitas vezes, reduz a complexidade que o tema inclusão digital pode abarcar, em detrimento de outros fatores como a questão cognitiva.

“Quem mexe com Internet | Fica bom em quase tudo | Quem tem computador | Nem precisa de estudo”. O que a banda Pato Fu quer dizer com essa letra, da música “Estudar Pra Quê?”²⁶, presente no seu mais recente CD – “Toda Cura Para Todo Mal”? Uma crítica a uma ideologia tecnológica como panacéia a todos os males? Uma crítica aos discursos que exacerbam a técnica, em oposição a uma semântica cognitiva? De qualquer modo, a banda traz com essa letra a abordagem equivocada e evocada por muitos que tratam o tema da inclusão digital apenas pela semântica técnica.

“Dizer que preços baixos podem ajudar na resolução do problema é como afirmar que um indivíduo estará alfabetizado quando ganhar uma caneta”²⁷. Contra essa ideologia tecnológica que enxerga a cura de todos os males no aparato, o professor Roberto Aparici diz que “sozinha, a informática não transforma vidas. É necessário que as pessoas vejam a Internet como uma ferramenta que melhore seu trabalho, sua vida pessoal. Para isso, elas precisam ser ensinadas com uma metodologia que inclua processos mais complexos do que o uso do teclado e do mouse”²⁸.

²⁵ “Since an instrumental notion of technology is so imbedded in our culture, there is often a reflexive response that manipulating communication tools – say, by providing greater bandwidth – will automatically enhance our democracy by providing interactivity, choice, and diversity of content” (tradução livre).

²⁶ <http://pato-fu.letas.terra.com.br/letas/185867/> (acesso em 21/07/2005).

²⁷ www1.folha.uol.com.br/foha/informatica/ult124u18699.shtml (acesso em 30/07/2005).

²⁸ www1.folha.uol.com.br/foha/informatica/ult124u18699.shtml (acesso em 30/07/2005).



Essa crítica também se refere ao projeto Computador para Todos, do Governo Federal. Através do acesso a computadores o projeto pretende que a população atualmente off-line aprenda princípios básicos dos computadores, além de saber como tirar melhor proveito dessa ferramenta tecnológica. O projeto, que anteriormente era chamado de PC Conectado, atua na redução dos preços de aquisição dos computadores. Um projeto onde o mais importante não seria o ensino, mas a aquisição do aparato. Seguindo nessa linha, nas semânticas técnica e econômica da inclusão, o diretor da Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), Sérgio Rosa, afirma que “quando damos acesso a computadores e à Internet, já estamos abrindo uma porta para a inclusão das classes mais baixas (...) A partir do momento que essas pessoas tiverem acesso aos micros, saberão como tirar melhor proveito da Internet”²⁹. Essa é uma afirmação não tão fácil de verificar na realidade, mas que não deve excluir que o Governo Federal também promove outros projetos e iniciativas em outros campos da inclusão digital. O Computador para Todos auxilia em determinadas frentes, a técnica e a econômica, mas na conjuntura atual esse é o melhor caminho? Esse papel não deveria ser feito num segundo momento, quando uma maior parcela da população já estivesse incluída?

Devemos aguardar mais dados concretos deste projeto para podermos então analisar a sua efetividade junto às classes mais baixas. Para Dominique Wolton: “produzir conhecimento é também um meio de relativizar as promessas e evitar as decepções que não deixarão de se manifestar amanhã, quando os indivíduos perceberem que nem a felicidade individual e social e nem a sociedade da informação vêm depois dos teclados e dos terminais” (Wolton, 2003:22). Essa nota é interessante para a reflexão sobre a inclusão digital pensada apenas sob os discursos econômicos ou técnicos, onde o acesso a máquinas tais como o computador traria as respostas para tudo.

Mas, por outro lado, há discursos, como o do analista do Ibope/NetRatings, Alexandre Magalhães, que reforçam a semântica técnica do projeto Computador para Todos: “existe a possibilidade de uma explosão na Internet brasileira, com a possibilidade de a classe C oferecer essa ferramenta para seus filhos”³⁰. O crescimento da Internet no país depende no momento da adesão das classes mais baixas, já que a expansão nas classes A e B brevemente estará saturada, mas devemos ser mais cautelosos com tais afirmações, pois o que essa “explosão” poderá significar é muito difícil de averiguar atualmente.

Parece que os discursos, na maioria dos projetos, estão concentrados na ênfase ao aprendizado técnico. Para vários estudiosos da questão esse não parece ser o melhor caminho para que a inclusão digital se transforme efetivamente em uma inclusão social: “a exclusão digital mais importante não é o acesso a uma caixa. É a habilidade de se tornar poderoso com a linguagem que esta caixa trabalha. Senão somente poucos podem escrever com esta língua, e todo o resto está reduzido a ser apenas leitores” (Daley apud Lessig, 2004)³¹. Da mesma forma, Lílian Starobinas compreende que a “Tecnologia da Informação e da Comunicação não é uma variável externa a ser injetada de fora para produzir certos

²⁹ www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18699.shtml (acesso em 30/07/2005).

³⁰ www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18619.shtml (acesso em 30/07/2005).

³¹ “The most important digital divide is not access to a box. It’s the ability to be empowered with the language that box works in. Otherwise only a very few people can write with this language, and all the rest of us are reduced to being read-only” (tradução livre).



resultados numa realidade existente. Ela deve ser tecida de maneira complexa no sistema social e seus processos” (Starobinas, 2004).

O Governo Federal atua ainda com projetos como o Casa Brasil. A idéia surgiu em 2003, quando o governo implantou o Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID). O projeto tem colaboração dos ministérios das Comunicações, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento e Planejamento, Cultura e Educação. Até 2005, o governo pretende construir mil telecentros em todo o país. No começo, a infra-estrutura de centros comunitários já existentes e que possuem acesso à rede será aproveitada. Cada telecentro será equipado com seis computadores com Internet e também terá à disposição instrutores capacitados para ensinar informática, além de ministrar atividades culturais que irão melhorar as condições de vida da população carente. Nesse caso o Governo direciona os seus discursos em relação às semânticas técnica e cognitiva.

Outro projeto do Governo Federal é o Pontos de Cultura, lançado em setembro de 2004 pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil, e faz parte do Programa Cultura Viva. Ao todo, serão disponibilizados para esse programa R\$ 15 milhões em projetos selecionados por uma comissão especial. Alguns desses pontos já funcionam em 137 municípios brasileiros. Na Bahia, por exemplo, há 26 projetos em andamento, mas que sofreram com o corte de recursos do Ministério da Cultura pelo Ministério da Fazenda, e tiveram as suas atuações prejudicadas. Diversas ações, como as ilhas de edição digital e as bolsas de auxílio aos jovens ainda não têm previsão de acontecer no projeto. Mas, mesmo com esta série de problemas operacionais, as suas bases conceituais são parecidas com o projeto Casa Brasil, com discursos direcionados às questões técnica e cognitiva.

“Democratização (...) significará, essencialmente, uma redução da distância social entre categorias de cidadão que têm distintos graus de participação histórica na construção e desenvolvimento da cultura nacional” (Othon Jambeiro, 2005:57). Neste trecho Jambeiro mostra que além de uma semântica técnica, temos que promover a inclusão a partir de uma semântica cognitiva, onde as pessoas possam transformar as suas vidas a partir da utilização dos aparatos, que seriam meios, e não objetos-fim. Estes dois últimos projetos citados do Governo atentam para essa questão, não sendo apenas cursos de Word e Excel. Eles procuram ir um pouco além no ensino do uso das novas tecnologias, para conseguir explorar um pouco mais as suas potencialidades em relação às populações de baixa renda. Os seus discursos perpassam as questões técnicas envolvidas nos processos de inclusão digital, mas se ancoram na perspectiva cognitiva do tema.

O diretor regional do SESC São Paulo, Danilo Santos de Miranda, ressalta nos seus discursos sobre inclusão digital a importância da semântica cognitiva, sendo que a educação do público deve se dar não apenas no sentido tecnológico, para que saibam acessar à Internet, mas também no sentido de expressar-se através do meio digital³². A atuação do SESC, em relação à inclusão digital, atualmente ocorre através do projeto Internet Livre³³.

³² <http://webinsider.uol.com.br/vernorticia.php/id/1390> (acesso em 30/07/2005).

³³ Projeto Internet Livre: oferece aos seus frequentadores o livre acesso à Internet. Concebido arquitetonicamente e com aparato tecnológico (micros de última geração, telas e telões de plasma e acesso em banda larga), o projeto pretende ir além do acesso à navegação na Internet. Além dos serviços de navegação e de envio e recepção de emails, agentes



Em relação à importância da questão cognitiva, Dominique Wolton afirma:

O problema, na realidade, não está no fato de que alguns terão acesso e outros não, uma vez que tudo é possível – com a condição de saber e de pagar -, mas principalmente de saber qual será o nível de demanda. Ora, este está ligado à posição social de cada um: *um dos efeitos da dominação sociocultural é justamente o de pedir só o que se tem* (Wolton, 2003:96).

Mas, por outro lado, Wolton exagera um pouco nas suas críticas em relação às questões técnicas, ao afirmar que: “a utilização destes terminais [computadores com Internet] a domicílio corre o risco de ser por fim mais seletiva do que o rádio e a televisão, que são os dois outros meios de comunicação em grande escala, mas que tem a vantagem de oferecer a mesma coisa para cada um” (Wolton, 2003:96). Esse risco da utilização, efetivamente, seria para quem? No caso se o risco se refere aos “excluídos”, é esse um dos pontos que a inclusão digital pretende solucionar.

Outro ponto interessante abordado por Wolton é sobre a desregulamentação do mercado: “seus efeitos ainda são apenas pouco visíveis, uma vez que os países mais pobres não perceberam a amplidão da nova desigualdade em curso. O ‘free flow’ lhes permitirá acessar as ‘migalhas’ da circulação mundial da informação, da qual eles serão apenas os usuários, mas jamais se tornarão os seus atores” (Wolton, 2003:123). É esse discurso que a inclusão digital pretende alterar, a relação de oposição do mero “usuário” a condição de “ator”.

Para Wolton haverá computadores, a partir da sua banalização, em todos os lugares, mas as desigualdades se darão de duas formas: a imposição um único modelo cultural; e a possibilidade que os países terão de se equipar, mas o conjunto da economia cognitiva, intelectual e técnica permanecerá em outras mãos. A regulação do mercado não basta para a redução de desigualdades, mas é um dos caminhos possíveis a se trilhar em conjunto com outras iniciativas, tanto governamentais quanto da sociedade civil.

Como visto em diversas falas, a semântica técnica (que versa sobre possuir conhecimentos operacionais de programas e de acesso à Internet) da inclusão digital é atualmente bastante difundida, mas devem ser levados em conta outros fatores mais importantes no processo. A perspectiva técnica, na maioria das vezes, reduz a complexidade envolvida no tema. O fator técnico, sem dúvida, é importante, mas os seus discursos tendem a exacerbar tal importância em detrimento dos fatores cognitivos. O conceito de inclusão é pensado apenas na dimensão tecnológica não coloca em valor os capitais intelectual, social e cultural.

Como já visto anteriormente, os processos de Inteligência Coletiva (Lévy, 1999) ficam prejudicados pelo não desenvolvimento dos quatro capitais. Essa dimensão tecnocrática

culturais (web-animadores) treinados atendem o público diariamente em cada unidade com os objetivos de estimular à produção de trabalhos artísticos e favorecer o intercâmbio cultural e a relação da arte com as novas tecnologias digitais. O projeto Internet Livre tem caráter educativo, de inclusão dos jovens de baixa renda em ações voltadas para a utilização de computadores e dos diferentes softwares para a navegação na Internet facilitando o acesso à linguagem digital. www.sescsp.com.br (acesso em 27/07/2005).



pede por um discurso e uma ação mais ampla. Entendemos que a inclusão digital seja impensável sem o capital técnico. Ele é condição *sine qua non* de destreza para com as Tecnologias da Informação e da Comunicação, mas é, também, incapaz de verdadeiramente incluir sozinho. Incluir digital e socialmente deve ser uma ação que ofereça ao indivíduo condições mínimas de autonomia e de habilidade cognitiva para compreender e agir na sociedade informacional contemporânea. Incluir é ter capacidade de livre apropriação dos meios. Trata-se de criar condições para o desenvolvimento de pensamento crítico, autônomo e criativo em relação às novas tecnologias de comunicação e informação.

Acesso para todos sim! Mas não se deve entender por isso um “acesso ao equipamento”, a simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará de toda forma muito barata (...). Devemos antes entender um acesso de todos aos processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de autocartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. (Lévy, 1999:196).

A semântica cognitiva - que diz respeito aos discursos sobre estar dotado de uma visão crítica e de capacidade independente de uso e apropriação dos novos meios digitais; como foi demonstrado, deve ser a principal aliada dos processos de inclusão digital, pois abrange melhor a complexidade da questão, indo além do simples acesso.

Já a semântica econômica (sobre ter condições financeiras de acesso às novas tecnologias) se soma normalmente aos discursos relacionados à técnica, não sendo considerada, na atual conjuntura sócio-econômica brasileira, como a mais importante em todo o processo. A exclusão social no Brasil abrange diversos aspectos, com isso a inclusão econômica poderá, num segundo momento da inclusão digital, estar mais presente nos discursos sobre o tema, mas atualmente figura de forma acessória.

Confuso, fragmentado...deve reorganizar nos capítulos como proposto no sumário...

Referências bibliográficas

JAMBEIRO, Othon. Condicionantes para uma política de inclusão digital no Brasil. In: JAMBEIRO, Othon (org. et alli). “Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia”. Salvador: EDUFBA, 2005.

LEMOS, André. Cibercidade. Um modelo de inteligência coletiva. In: LEMOS, André (org). “Cibercidade: as cidades na cibercultura”. Rio de Janeiro: Editora E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

_____ e COSTA, Leonardo. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. In: “Eptic Online”. Vol. VII, n. VI, Sep. a Dic. 2005.

LESSIG, Lawrence. “Free Culture – How big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity”. Nova York: The Penguin Press, 2004.



LÉVY, Pierre. “Cibercultura”. São Paulo: Editora 34, 1999.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Gestão. “Gestão Pública para um Brasil de Todos: um plano de gestão para o governo Lula”. Brasília: MP, SEGES, 2003.

NERI, Marcelo Côrtes. “Mapa da exclusão digital”. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. “Exclusão Digital”. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____ e CASSINO, João (orgs.). “Software livre e inclusão digital”. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

SILVERSTONE, Roger. “Por que Estudar a Mídia?”. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SORJ, Bernardo. “brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: Unesco, 2003.

TAKAHASHI, Tadao (org.). “Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde”. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

THOMPSON, John B. “A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia”. Petrópolis: Vozes, 1998.

WILHELM, Anthony G. “Democracy in the Digital Age”. Londres: Routledge, 2000.

WOLTON, Dominique. “Internet, e Depois? Uma teoria crítica das novas mídias”. Porto Alegre: Sulina, 2003.